

À SUPERINTENDÊNCIA DE SANEAMENTO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO – SIHS DO ESTADO DA BAHIA

Ref.: Edital TPN nº 01/2022 – Apoio à elaboração de planos regionais de saneamento básico de 15 microrregiões de saneamento básico (MSB) do estado da Bahia e adaptação de 4 planos regionais de saneamento básico às normas de referência da ANA

A **INCIBRA-INOVAÇÃO CIVIL BRASILEIRA-PROJETOS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.** (“Recorrente” ou simplesmente “INCIBRA”), já qualificada nos autos, por seu representante legal, vem, com fundamento no item 53 da Parte Fixa referente ao “Rito do Procedimento Licitatório e da Contratação” do Edital em epígrafe, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão de julgamento das Propostas Técnicas das Licitantes, pelas razões expostas a seguir.

1. CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Esclareça-se, inicialmente, o cabimento do presente recurso, diante da **perda superveniente do objeto** do recurso interposto em 21 de junho de 2022. Isso porque, na oportunidade, requereu-se simplesmente a disponibilização das análises fundamentadas das notas técnicas conferidas aos licitantes, o que foi feito, coincidentemente, no mesmo dia pela

Comissão de Licitação, em publicação no site da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS.

A partir da avaliação dos fundamentos disponibilizados pela Comissão de Licitação, é possível apresentar recurso administrativo de mérito, pelos motivos expostos a seguir.

Ainda, resta demonstrar a tempestividade do presente recurso, tendo em vista a publicação da decisão de prorrogação do prazo de recurso por mais 5 (cinco) dias úteis, no Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE-BA) de quarta-feira, 22 de junho de 2022.

O prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação termina na quarta-feira, dia 29 de junho de 2022, sendo, portanto, tempestivo o presente recurso.

2. RAZÕES DO RECURSO

A nota técnica conferida à INCIBRA merece reforma nos itens referentes à Metodologia de Execução dos Serviços (MES) e à Experiência Anterior da Licitante (EAL), nos termos expostos a seguir.

2.1. Metodologia de Execução dos Serviços (MES) – Peso 4,00

Para a pontuação do CONHECIMENTO DO PROBLEMA (CP) seriam atribuídas as pontuações de referência que constam na Figura 1. Nesta tabela também são apresentadas as notas atribuídas a proposta da INCIBRA, em vermelho:

Figura 1: Pontuação de referência para o Conhecimento do Problema e pontuação da INCIBRA (em vermelho)

CONHECIMENTO DO PROBLEMA (CP)

Objetiva demonstrar que a licitante tem pleno conhecimento dos trabalhos que se propõe a executar, devendo apresentar todos os dados específicos de que disponha sobre o objeto da licitação, problemas e dificuldades identificados com base no exame dos elementos incluídos no edital, compreendendo:

ITEM	ELEMENTOS A SEREM AVALIADOS	REFERÊNCIA				NOTA
		EXC	BOM	REG	INSAT.	
1	Descrição das atividades a serem desenvolvidas para o objeto do presente Termo de Referência, em especial sobre a Lei Complementar no 48/2019; as Microrregiões de saneamento e sua estrutura organizacional.	1,5	1,2	0,8	0,5	1,0
2	Levantamento sobre a existência de planos municipais de saneamento básico nos municípios das 15 microrregiões.	1,5	1,2	0,8	0,5	0,8
3	Apresentação do conhecimento do problema - Descrição completa, com no máximo 60 páginas incluindo figuras, desenhos e fotos, os quais poderão ser apresentados no formato A3 ou A2 devendo respeitar as seguintes especificações: Fonte Arial Tamanho 11, Alinhamento: Justificado; espaço entre linhas 1,0; Margem superior e esquerda 2,5; margem inferior e direita 1,5.	1,0	0,8	0,5	0,2	1,0
TOTAL		4,0	2,9	2,1	1,2	2,8

Veja-se que a Recorrente obteve a nota 0,8 de 1,5 no **ITEM 2**, que avalia o “Levantamento sobre a existência de planos municipais de saneamento básico nos municípios das 15 microrregiões”, sob a justificativa de que: “A empresa não fez o levantamento por cada município que compõe as 15 microrregiões. Faz menção muito breve sobre cada MSB, mas é inespecífica de modo que não demonstra o conhecimento a nível municipal”.

Ocorre que o **Edital da Tomada de Preços não solicitava a indicação individual de cada um dos Municípios**. Entende-se que o objetivo do item, alinhado com o objeto da contratação (a elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico) e com o restante da Proposta Técnica, é o de verificar se a Licitante possui conhecimento sobre a existência de Planos Municipais nos Municípios integrantes de cada Microrregião, a fim de contribuir para a elaboração do Plano Regional.

Para tanto, é necessário avaliar a situação em cada um dos Municípios, sim, mas é fato que a **apresentação dos dados de maneira agrupada** atende muito mais ao objetivo da contratação do que a apresentação de lista com cada um 296 Municípios – até porque o objetivo é avaliar a situação de cada Microrregião.

Assim é que se optou por apresentar os dados dos Municípios agrupados por Microrregião. No entanto, as informações sobre o **número de Municípios de cada Microrregião**

que possuem Plano de Saneamento estão apresentadas. Veja-se a Figura 1.9 e a Tabela 7 (fls. 46), por exemplo:

Figura 1.9: Microrregiões de Saneamento Básico do Estado da Bahia e suas respectivas informações sobre a existência de PMSB – MUNIC 2017

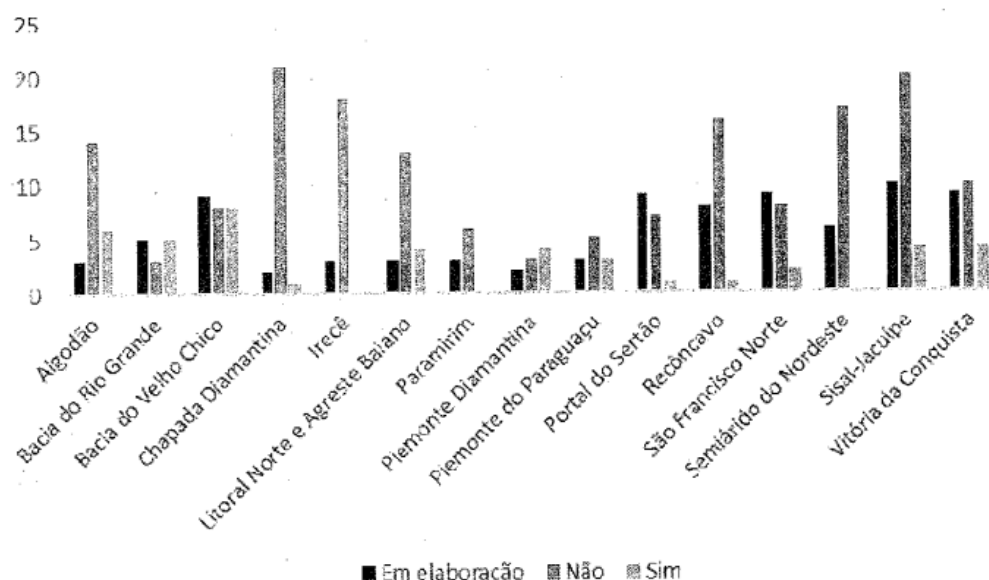


Tabela 7: Microrregiões de Saneamento Básico do Estado da Bahia e suas respectivas informações de existência de Plano Municipal de Saneamento Básico – MUNIC 2017

Microrregiões de Saneamento Básico	% Em elaboração	% Não	% Sim	Total de Municípios
Algodão	13%	61%	26%	23
Bacia do Rio Grande	38%	23%	38%	13
Bacia do Velho Chico	36%	32%	32%	25
Chapada Diamantina	8%	88%	4%	24
Irecê	14%	86%	0%	21
Litoral Norte e Agreste Baiano	15%	65%	20%	20
Paramirim	33%	67%	0%	9
Piemonte Diamantina	22%	33%	44%	9
Piemonte do Paraguaçu	27%	45%	27%	11
Portal do Sertão	53%	41%	6%	17
Recôncavo	32%	64%	4%	25
São Francisco Norte	47%	42%	11%	19
Semiárido do Nordeste	26%	74%	0%	23
Sisal-Jacuípe	29%	59%	12%	34
Vitória da Conquista	39%	43%	17%	23
Total de Municípios	84	43	43	296

Fonte: MUNIC (2017).

Não bastasse, a Proposta da Recorrente também apresenta informações referentes (i) ao instrumento legal que regulamenta o PMSB (Figura 1.10, fls. 47); (ii) aos órgãos ou instituições

externas contratadas para a elaboração dos Planos (Figura 1.11, fls. 48), e (iii) análise sobre se os Planos avaliados contemplavam o conteúdo mínimo, abordando os quatro eixos do saneamento básico (água, esgoto, resíduos e drenagem). Ou seja, além da análise quantitativa, foi realizada análise qualitativa dos Planos.

Por fim, a Proposta da Recorrente evidencia conhecimento a nível municipal ao apresentar a metodologia utilizada para os estudos. Nesse sentido, às fls. 45, é possível perceber a consulta a levantamento realizado pelo Governo Federal com lista de cada um dos Municípios que elaborou Plano Municipal de Saneamento Básico, além de ter sido aplicada metodologia em três etapas que objetivou complementar as informações deste levantamento, para garantir conhecimento aprofundado sobre a situação dos Municípios envolvidos. Veja-se:

1.1.5. Levantamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico

A consolidação dos dados disponibilizados pela Munic para em 2017 aborda as informações sobre os PMSB. Tais dados são apresentados no Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil (BRASIL, 2017), de responsabilidade da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (SNSA/MCidades), o qual teve como objetivo subsidiar a formulação dos programas federais e informar ao Conselho das Cidades (ConCidades) e ao setor como um todo sobre a situação atual dos planos, tendo em vista a aproximação do término do prazo estabelecido no referido decreto.

A metodologia de elaboração deste Panorama se deu em três etapas, a primeira delas consistiu na consulta e sistematização dos dados secundários existentes sobre o assunto, a segunda apurou informações por meio de dados primários mediante aplicação de um questionário, enviado ao conjunto de municípios brasileiros. A terceira etapa consistiu na consolidação dos resultados oriundos das diversas fontes adotadas em um banco de dados. Este banco de dados informa quantos e quais municípios declararam "possuir o Plano" ou que "o Plano estava em elaboração", no horizonte temporal que abrange as fontes consultadas (BRASIL, 2017).

O panorama para as 15 MSB em que os estudos que compõem os Planos Regionais de Saneamento Básico estão sendo realizados totalizam 296 municípios (conforme supracitado esse quantitativo é oriundo das modificações instituídas Lei Complementar nº 51 de 29 de março de 2022).

Os resultados indicaram que 28% dos municípios que informaram seus dados declararam que estavam com seus planos em fase de elaboração, 15% (43 municípios) declararam que possuem Plano de Saneamento Básico e 57% que não possuíam o plano e nem estavam em fase de elaboração.

Assim é que se requer a correção da nota final conferida à INCIBRA nesse ITEM, atribuindo-a a nota máxima (1,5).

2.2. EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA LICITANTE (EAL)

Para a pontuação da EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA LICITANTE (EAL), por sua vez, seriam atribuídas as pontuações de referência que constam na

Figura 2. Nesta tabela também são apresentadas as notas atribuídas a proposta da INCIBRA, em vermelho:

Figura 2: Pontuação de referência da Experiência Anterior da Licitante (EAL) e pontuação da INCIBRA (em vermelho)

Item	Experiência Específica	REFERÊNCIA			NOTA
		Nº de	Pontos	Pontuação	
		Atestados	p/atestado	Máxima	
1	Atestados relativos a elaboração de estudos sobre Planos de Saneamento Básico	1	3,0	3,0	3,0
2	Atestados relativos à elaboração de Planos Regional e/ou municipal e/ou intermunicipal de Abastecimento de Água e/ou Esgotamento Sanitário e/ou Saneamento Básico.	2	1,5	3,0	3,0
3	Atestados relativos à elaboração e/ou fiscalização de Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água, envolvendo atividades de diagnóstico, concepção, dimensionamento, diretrizes e proposições.	1	1,5	1,5	0,0
4	Atestados relativos à elaboração e/ou fiscalização de Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário, envolvendo atividades de diagnóstico, concepção, dimensionamento, diretrizes e proposições.	1	1,5	1,5	1,5
5	Atestado relativo à realização de audiências, oficinas, desenvolvimento de ações comunitárias cujo tema esteja relacionado a saneamento básico.	1	1,0	1,0	1,0
NOTA MÁXIMA PARA A EXPERIÊNCIA DA EMPRESA				10,00	8,5

Veja-se que no **ITEM 3**, que avalia “Atestados relativos à elaboração e/ou fiscalização de Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água, envolvendo atividades de diagnóstico, concepção, dimensionamento, diretrizes e proposições”, a Recorrente recebeu a nota 0,0, sob a justificativa de que: “Para o Item 3, o atestado apresentado não contempla as atividades de diagnóstico, diretrizes e proposições.”

Contudo, **dois atestados** apresentados demonstram a experiência requerida. No primeiro, referente à “ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DAS UNIDADES DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EXISTENTE E ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE CONCEPÇÃO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE PEDRAS DE FOGO, NO ESTADO DA PARAÍBA” (fls. 449-460), formado por 4 Relatórios, há Relatório 2 – Estudo de Concepção, em que foram realizadas as atividades descritas a seguir (fls. 452):

RELATÓRIO 2 - ESTUDO DE CONCEPÇÃO

No estudo de concepção, foi realizada a caracterização da área de projeto através de diversas consultas bibliográficas e visitas técnicas, incluindo a análise ambiental da área. Também foram levantados os estudos e projetos que já existentes a fim de complementar informações ou até mesmo permitir a compatibilização entre projetos.

Após a fase inicial de caracterização ambiental, socioeconômica e levantamento inicial de dados, foram formuladas as alternativas de projeto, no que se refere às alternativas de traçados e de concepções técnicas do sistema de abastecimento de água. Com as alternativas formuladas, juntamente com a CAGEPA e com base no estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de tais alternativas, chegou-se na concepção desejada.

Ora, as atividades de “*caracterização ambiental, socioeconômica e levantamento inicial de dados*” trata justamente da **etapa de diagnóstico**. Em seguida, foram formuladas alternativas de projetos para o sistema de abastecimento de água até se chegar na concepção desejada, o que perpassa as atividades de **diretrizes e proposições**.

Ainda, o atestado seguinte, referente aos “ESTUDOS E PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO PARA DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA ADUTOR MAXARANGUAPE – SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN” (fls. 461-484) refere-se a experiência em que foram entregues 06 Produtos pela empresa, sendo o Produto 02 o Estudo de Concepção dos Sistemas de Abastecimento de Água, contendo os seguintes escopos (fls. 465-466):

- o Diagnóstico da Situação Atual;
- o Elementos para a Concepção dos Sistemas
- o Estudos de Demanda
- o Controle de Perdas e Reuso de Água
- o Alternativas Técnicas de Concepção
- o Planejamento e Controle de Operação
- o Etapas de Construção
- o Orçamento Preliminar das Alternativas
- o Comparação e Seleção de Alternativas

Ainda, lê-se (fls. 467):

5.1.1. PRODUTO 02 – ESTUDO DE CONCEPÇÃO

No estudo de concepção, foi realizada a caracterização da área de projeto através de diversas consultas bibliográficas e visitas técnicas, incluindo a análise ambiental da área. Também foram levantados os estudos e projetos que já existentes a fim de complementar informações ou até mesmo permitir a compatibilização entre projetos.

Após a fase inicial de caracterização ambiental, socioeconômica e levantamento inicial de dados, foram formuladas as alternativas de projeto, no que se refere às alternativas de traçados e de concepções técnicas do sistema de abastecimento de água. Com as alternativas formuladas, juntamente com o SAAE e com base no estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de tais alternativas, chegou-se na concepção desejada.

Assim, após a etapa de diagnóstico, foram formuladas alternativas de projetos para o desenvolvimento de concepção em conjunto com a Contratante, de modo que resta demonstrada a realização das atividades de **diagnóstico, diretrizes e proposições** dentre aquelas realizadas pela empresa.

Daí porque, por um ou por outro atestado, **merece reforma a decisão que zerou a nota técnica da INCIBRA para esse item, devendo ser conferida a nota máxima (1,5).**

3. PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- (i) Seja conferida a pontuação máxima **(1,5)** à Recorrente no ITEM 2 do Conhecimento do Problema (CP), dentro da parte de Metodologia de Execução dos Serviços (MES); e
- (ii) Seja conferida a pontuação máxima **(1,5)** à Recorrente no ITEM 3 da Experiência Anterior da Licitante (EAL).

Para, ao final, conferir-se à Recorrente a pontuação total de **9,08**, sendo esta calculada da seguinte forma:

$$\text{Nota Técnica} = \frac{[(\text{CP} + \text{PE}) \times 4,0] + (\text{ET} \times 3,0) + (\text{EAL} \times 3,0)}{10}$$

$$\text{Nota Técnica} = \frac{[(3,5 + 4,2) \times 4,0] + (10 \times 3,0) + (10 \times 3,0)}{10} = 9,08$$

Termos em que pede deferimento.

Natal/RN, 28 de junho de 2022.

Djalma Mariz Medeiros
Engenheiro Civil
Diretor
INCIBRA